



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO N.º 23041.016146/2015-81
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 02/2016
UASG N.º 158383

PUBLICADO D. O. U.
n.º 203 de 21 / 10 / 2016
Pág. 41 Seção 3

CONTRATO N.º 05 /2016 - CAMPUS
PALMEIRA DOS ÍNDIOS, FIRMADO ENTRE O
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS -
CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS E A
EMPRESA COMPANHIA DE SANEAMENTO
DE ALAGOAS - CASAL, NOS TERMOS DA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 02/2016,
PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

A União, por intermédio do **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS**, Autarquia Federal vinculada ao MEC, sediado na Av. Alagoas, s/n, Palmeira de Fora, Palmeira dos Índios/AL, CEP 57608-180, CNPJ de n.º 10.825.373/0005-89, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **Ana Quitéria Menezes de Oliveira Silva**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 469.313.094-04, nomeada pela Portaria n.º 1094/GR, de 24/04/2015, e a empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, estabelecida na rua: barão de Alagoas, 200 - Centro, CEP 57.020-510, Maceió/AL, inscrita no CNPJ sob n.º 12.294.708/0001-81, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato legalmente representada por seu(s) representante(s) legal(is), Sr. Wilde Clécio Falcão de Alencar, Brasileiro, pernambucano, Engenheiro Civil, casado, portador do RG n.º 153.218 SSP/AL, e CPF n.º 091.578.673-72 e o Sr. Francisco Luiz Beltrão de Azevedo Cavalcanti, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG n.º 240.541 SSP/AL e CPF n.º 185.381.854-20, tendo em vista o que consta no processo n.º 23041.016146/2015-81, Inexigibilidade de Licitação, com fundamento na Lei n.º 8.666/93, com suas alterações e demais normas correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:

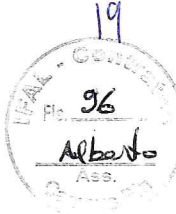
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa concessionária para abastecimento de Água para o IFAL – Campus Palmeira dos Índios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Mariana Menezes Costa
Adv. OAB/AL - 10.753
ASJUR/CASAL

EM BRANCO



Subcláusula Primeira - Os serviços serão efetuados na sede do INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – Campus Palmeira dos Índios, diariamente e de forma ininterrupta, no endereço: Av. Alagoas, s/n, Palmeira de Fora, Palmeira dos Índios/AL.

Subcláusula Segunda - Os serviços objeto desta licitação compreendem o abastecimento de água para o IFAL – Campus Palmeira dos Índios, de forma contínua e ininterrupta no local e horário constantes na Subcláusula Primeira deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato fundamenta-se no Art. 25, *Caput*, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e legislação correlata, conforme documentação constante no Processo nº 23041.016146/2015-81.

Subcláusula Primeira - O presente Contrato está vinculado à Inexigibilidade de Licitação nº 02/2016 e seus anexos, que fazem parte integrante do referido Contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado pela CONTRATADA em regime de empreitada por preço unitário, rigorosamente de acordo com os termos do mesmo e seus apensos, nos termos expressamente aceitos pelo IFAL.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato de serviço de abastecimento de água e coleta de esgotos terá vigência de **05 (cinco) anos**, contados da data de sua assinatura.

Subcláusula Primeira - O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado por até **06 (seis) vezes**, totalizando o limite de **30 (trinta) anos**.

Subcláusula Segunda - O prazo de vigência estipulado acima está fundamentado nos artigos 62, § 3º, II, e 57, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, balizado pela Orientação Normativa nº 36, de 13/12/2011, da Advocacia-Geral da União.

Subcláusula Terceira - Conforme determina a Orientação Normativa acima identificada, a adoção do prazo de vigência contratual se deve ao fato de que a contratada é a única fornecedora do serviço público de abastecimento de água na localidade do Campus, restando, assim, inviável a competição;

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR ESTIMADO

O valor total estimado anual deste Contrato é de **R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)**, correspondente ao valor MENSAL de **R\$ 11.000,00 (onze mil reais)** e foi definido pela área de Administração e Planejamento do Campus, em conformidade com a previsão de consumo anual.

Mariana Mexia Costa
Adv. OAB/AL - 10.753
ASJUR/CASAL

EM BRANCO

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, por conta do recurso da UG: 158383; FONTE DE RECURSOS: 0112000000; ELEMENTO DE DESPESA 339039.

Subcláusula Primeira - Nos próximos exercícios financeiros serão comprovadas, a cada exercício, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a emissão da Nota de Empenho e certificação da prestação dos serviços contratados, em Nota Fiscal / Fatura emitida pela CONTRATADA.

Subcláusula Primeira - A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA correspondente à prestação do serviço efetivamente executado MENSALMENTE.

Subcláusula Segunda - A certificação da prestação dos serviços executados será realizada pela área de Administração e Planejamento do Campus.

CLAUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do §1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cabe à **CONTRATADA** a perfeita execução do objeto contratado, dentro das exigências da Lei nº 8.666/93, da boa-fé exigida na norma civil, e ainda:

- a) Prestar o serviço de abastecimento de água potável, atendendo às necessidades do CONTRATANTE.
- b) Comunicar com antecedência a falta de água, evitando transtornos ao CONTRATANTE.
- c) Enviar fatura mensal em tempo hábil para que o processo de pagamento possa tramitar adequadamente.
- d) Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência;
- e) Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito do IFAL;
- f) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;
- g) Responsabilizar-se pela qualidade dos itens ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para o IFAL, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste Termo;

EM BRANCO

h) Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, **frete e deslocamentos**;

i) Responder pelos danos causados diretamente ao IFAL, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;

j) Manter o **endereço, número de telefone e endereço de e-mail** permanentemente atualizados.

k) Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

l) Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

a) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir sua (s) obrigação (ões) dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;

b) Fornecer à contratada todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;

c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva prestação dos serviços;

d) Recusar com a devida justificativa, qualquer serviço prestado fora das especificações constantes no termo de referência;

e) Efetuar o pagamento correspondente as faturas emitidas e devidamente;

f) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas;

g) Comprovar, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida Garantia Contratual para fins desta contratação.



Mariana Menezes Costa
Adv. OAB/AL - 10.753
ASJUR/CASAL

EM BRANCO



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contratado será realizada pelo servidor nomeado por Portaria do Reitor/Diretor, cabendo-lhe o acompanhamento e controle da execução contratual, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao especificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;

2. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA deverá ressarcir os prejuízos, comprovadamente sofridos pela CONTRATANTE, em virtude da inexecução contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta Cláusula.

Subcláusula Segunda - No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

Subcláusula Terceira - As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da **CONTRATADA**, e, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a **CONTRATADA** tomar ciência.

Subcláusula Quarta – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Quinta - As penalidades aqui previstas obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 9.784/99.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77, 78, incisos I a VIII, XII e XVII, art. 79, incisos e Subcláusulas, e art. 80, incisos e Subcláusulas, da Lei nº. 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

EM BRANCO



Subcláusula Primeira – A rescisão do contato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a VIII, XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – A rescisão administrativa ou amigável será procedida de ato escrito e fundamentado da autoridade competente.

Subcláusula Terceira – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93 sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

Subcláusula Quarta – Conforme art. 80 da Lei 8.666/93, a rescisão contratual fundada no inciso I, do art. 79, da mesma Lei, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Nona do presente Contrato, acarreta as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58, da Lei nº 8.666/93;
- c) execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;
- d) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei nº 8.666/93, com observância das Normas de Direito Público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, bem como a jurisprudência, a doutrina e os costumes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à **CONTRATANTE** providenciar, às suas expensas, a publicação resumida do presente Contrato e seus adiantamentos, na imprensa oficial e no prazo legal estabelecido na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal de Maceió em Alagoas, para nele dirimirem-se dúvidas e se solucionarem questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes,

Mariana Mendonça Costa
Adv. OAB/AL - 10.753
ASJUR/CASAL

EM BRANCO

sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E por estarem assim, justas e acordadas, é lavrado o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes CONTRATANTES e pelas testemunhas abaixo.

Palmeira dos Índios/AL, 30 de setembro de 2016.

Ana Quitéria Menezes de Oliveira Silva
Diretora do Campus Palmeira dos Índios

Ana Quitéria M. de O. Silva
Diretora Geral
IFAL - Câmpus Pln

Wilde Clécio Falcão de Alencar
DIRETOR PRESIDENTE
Representante Legal

Francisco Luiz Beltrão de Azevedo Cavalcanti
VICE-PRESIDENTE
Representante Legal

Testemunhas:

Valdineu Jones molina

CPF 459.554.924-53

João Antonio da Silva CPF 741039464-15

EM BRANCO



Emitido em 03/03/2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 1938/2021 - PIN-DIRADM (11.05.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/03/2021 09:48)

CLEDSON MOURA RAMOS

DIRETOR

1829061

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/documentos/> informando seu número: **1938**, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **03/03/2021** e o código de verificação: **fa9b73c5e2**